



INOVAÇÃO SOCIAL NUMA ONG SITUADA NO SUL DO BRASIL: PRÁTICAS DE RECONHECIMENTO, EMPODERAMENTO E INCLUSÃO

Nei Antonio Nunes¹

Simone Sehnem²

Louise Corseuil³

Icaro Roberto Azevedo Picolli⁴

RESUMO: Este estudo visa, sobretudo, analisar as ações sociais desenvolvidas por uma ONG do Sul do Brasil denominada Rede Interinstitucional Vilson Groh (IVG). A pesquisa se configura como um estudo exploratório, com abordagem qualitativa e na forma de estudo de caso, com dados coletados por meio de entrevista pessoal em profundidade e levantamento documental na Rede Interinstitucional Vilson Groh (IVG), situada na cidade Florianópolis/SC. Conforme os resultados obtidos na investigação, por criar condições para o reconhecimento, o empoderamento e a inclusão social, geradores de emancipação individual e coletiva, as ações sociais realizadas na Rede Interinstitucional Vilson Groh (IVG) se coadunam aos preceitos norteadores das inovações sociais.

Palavras-chave: Inovação Social. ONG. Emancipação.

ABSTRACT: *This study aims, in particular, to analyze the social actions developed by an NGO from the South of Brazil called the Interagency Network Vilson Groh (IVG). The research is configured as an exploratory study, with a qualitative approach and in the form of a case study, with data collected through an in - depth personal interview and documentary survey in the Inter - institutional Network Vilson Groh (IVG), located in Florianópolis city / SC. According to the results obtained in the research, by creating conditions for recognition, empowerment and social inclusion, generators of individual and collective emancipation, the social actions carried out in the Inter-institutional Network Vilson Groh (IVG) are in line with the precepts guiding social innovations.*

Keywords: Social Innovation. NGOs. Emancipation.

¹Professor. Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL. *E-mail:* nei.nunes@unisul.br.

²Professora. Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL. *E-mail:* simone.sehnem@unisul.br.

³Mestranda em Administração da Unisul. *E-mail:* lousecorseuil@kindle.com.

⁴Mestrando em Administração da Unisul. *E-mail:* icaropicolli@gmail.com.



1 INTRODUÇÃO

As atuais crises políticas e econômicas das últimas décadas têm revelado a premência do debate sobre as grandes questões sociais de nosso tempo. Dentre elas, emergem temas como a desigualdade social, a fome e a violência. Além do paulatino valor epistemológico atribuído a temáticas dessa ordem, multiplicam-se ações e projetos sociais que visam criar alternativas inovadoras a muitas das demandas sociais dos estratos e comunidades mais empobrecidos de nossas sociedades. Nessa perspectiva, a pergunta de pesquisa que norteia o estudo é: de que forma os projetos sociais conduzidos pelo IVG promovem o reconhecimento, o empoderamento e a inclusão social?

O objetivo do estudo consiste, portanto, em analisar se as ações desenvolvidas pela Rede Interinstitucional Wilson Groh (IVG) podem ser definidas como práticas de inovação social.

A justificativa prática para a realização deste estudo está associada ao fato de que, não raro, constata-se que em diversas iniciativas promovidas pelo primeiro, segundo e terceiro setores – que propalam a intenção de promover a inovação e, com ela, a transformação social – pouco é feito no sentido de superar as fórmulas já conhecidas de assistência, quase sempre malsucedidas no intento de gerar as condições para a inclusão social. No curso da história, as lutas pela legitimação dos direitos de primeira, segunda e terceira geração indicam que todo ser humano, indistintamente, tem direito à vida digna e, para tanto, é preciso que sejam garantidos os princípios de igualdade (aos diferentes e às minorias), de liberdade (de expressão e movimento) e de participação (político-social e econômica), como condição para que a inclusão, como momento decisivo da autonomia social, efetive-se plenamente. Contudo, as lógicas por vezes excludentes impostas pelas instituições políticas, jurídicas e pelo mercado impõem limites à inclusão dos estratos mais pobres da sociedade, obstaculizando, por exemplo, o acesso ao emprego – sobretudo aos cargos mais apreciados – e a tudo o que está diretamente relacionado ao reconhecimento profissional no mundo do trabalho.

A inclusão social, efetivada por meio da constituição da identidade, reconhecimento e empoderamento, é, portanto, quase inacessível à maior parte da população, que vive em condições de extrema pobreza. Nos termos propostos pela tradição do pensamento neoliberal, a partir dos teóricos da Escola de Chicago, o maior investimento em “capital humano” (por exemplo: melhor formação educacional e acesso aos serviços de saúde de excelência) permite ao “sujeito-investidor” competir com maior vantagem na concorrência pelos melhores



empregos disponíveis no mercado (Cf. Friedman, 2014). Embora a tendência dos autores que analisam a emergência das práticas de inovações sociais em nossos dias seja relativizar a importância excessiva atribuída a concepções como a de capital humano, como grande alternativa aos dilemas econômicos e sociais de nosso tempo, por ora basta dizer que, enquanto alguns afortunados ocupam cargos expressivos, legitimados por seus diplomas, seu "pedigree de berço" familiar ou científico, há uma parte expressiva da sociedade que é alijada de uma participação mais ativa/autônoma no mercado de trabalho. Dentre as causas da injustiça econômico-social e da ausência de equidade, está a educação/formação deficitária destinada aos empobrecidos.

Diga-se, a propósito, o quadro da desigualdade social, agravado pela ineficiência de políticas públicas, facilita a expansão do narcotráfico e o aumento da violência nas regiões de periferia de Estados como o brasileiro. O aumento da criminalidade e, concomitantemente, da violência policial completam um cenário de desesperança que, por si só, põe em xeque as malogradas tentativas da república brasileira em gerar uma homeostase resultante da maior igualdade social (Cf. CARVALHO, 2007).

Nessa perspectiva, na condução da análise aqui proposta, são apresentados conceitos e práticas visando explicitar, nas práticas de inovações sociais, a articulação entre reconhecimento, empoderamento e inclusão. No desenvolvimento da discussão, também é realizada uma breve descrição do percurso metodológico que orientou o estudo. E mais, são apresentados e analisados os dados recolhidos durante a visita e no relatório proposto pelo IVG, o que permitiu, ao longo do texto e nas considerações finais, responder à pergunta de pesquisa que orientou esta investigação. No próximo ponto o texto trata da distinção entre os paradigmas da inovação e da inovação social.

2 INOVAÇÃO E INOVAÇÃO SOCIAL

O progresso tecnológico, desenvolvido na modernidade e consolidado na contemporaneidade, aperfeiçoou as estratégias de inovação. Em outros termos, com o advento da indústria, da sofisticação do comércio e da ampliação de uma miscelânea de serviços, articulados ao surgimento de novas demandas no seio da sociedade, cientistas, empresários e grupos corporativos buscaram alternativas ante as urgências do mercado que giravam em torno, cabe destacar, da criação de artefatos técnico-tecnológicos, de métodos racionais de trabalho e de produção, entre outros.

É possível inferir que o modelo teórico proposto pelo economista Joseph Schumpeter, para explicar os ciclos da economia. Para Schumpeter, nas sociedades capitalistas o



desenvolvimento econômico obedece a ciclos que alternam, vale enfatizar, momentos de prosperidade econômica e crise. Segundo esse modelo, a realização da prosperidade econômica, marcada pela oferta de novos produtos, pela criação de artefatos, de serviços e de técnicas – que visam suprir, mas também gerar novas necessidades – só seria possível com o desenvolvimento tecnológico e a participação ativa da figura do “gênio” de visão empreendedora e concorrente. Grosso modo, é possível dizer que na concepção de Schumpeter uma inovação (tecnológica/econômica) só é completa quando há uma transação comercial envolvendo alguma invenção que supre e gera demandas produzindo vantagens competitivas e, assim, riqueza (Schumpeter, 1985).

Contudo, sabe-se que com a emergência dos processos de democratização e, com ela, da consolidação dos movimentos sociais, surge, no cenário intelectual, teóricos que procuram discutir as questões da inovação social fora do paradigma schumpeteriano. Nessa perspectiva, explica Bignetti (2011, p. 4): “A inovação social é [...] o resultado do conhecimento aplicado a necessidades sociais através da participação e da cooperação de todos os atores envolvidos, gerando soluções novas e duradouras para grupos sociais, comunidades ou para a sociedade em geral”.

Desta forma, investigar os limites e possibilidades das iniciativas de inovação sociais e, assim, os seus rumos e impactos (individuais, coletivos, corporativos) é também problematizar o modelo de sociedade no qual estamos inseridos na atualidade, bem como as possíveis estratégias que viabilizam a inclusão social.

2.1 Reconhecimento, empoderamento e inclusão social

Pode-se extrair da obra *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*, de Axel Honneth, que é constitutivo da equidade – base para uma sociedade mais justa – o reconhecimento individual e coletivo das pessoas. Em resumo, a necessidade de reconhecimento e a formação da identidade são, portanto, indissociáveis. Em outros termos, a forma como o sujeito se relaciona e interage com outros sujeitos.

Na visão de Honneth, o amor e a solicitude pessoal formam os círculos das relações primárias, constituídos pela família e amigos. Há uma espécie de segundo momento do reconhecimento que é, para ele, a esfera das relações jurídicas e sociais, fundada pela consideração e o respeito. Por fim, existiria um terceiro estágio do reconhecimento caracterizado pela solidariedade de grupos, vivenciada na nação e em coletividades diversas, como associações e corporações. Nesse terceiro momento, o reconhecimento de cada um dos sujeitos está intimamente ligado à estima recíproca. Embora apresentem especificidades, esses



três momentos não estão dissociados, e isto revela que o desejo de reconhecimento, por parte do sujeito, perpassa as esferas das relações pessoais e afetivas, da prática profissional e da vida cultural e política (Honneth, 2009).

Como indicado acima, Agamben já havia assinalado que o processo de consolidação do Estado de direito, na contemporaneidade, não elimina as práticas de exclusão político-sociais e econômicas. Na verdade, cria condições para que surjam, em diversas sociedades, “espaços de exceção” que funcionam como “bolhas” dentro do espaço social (Cf. Agamben, 2002). Com base em Honneth é possível afirmar que a exclusiva universalização de direitos – somente jurídica – não é suficiente para garantir o respeito e o reconhecimento da identidade subjetiva e social das pessoas que vivem em estado de vulnerabilidade política, social-econômica. (Honneth, 2009).

Embora reconheça os limites da lei positiva como garantia definitiva do reconhecimento dos empobrecidos, Honneth não descarta sua importância. O auto respeito tem uma dimensão jurídica, pois, como sujeitos de direito, os indivíduos expressam por meio da afirmação de direitos legais o reconhecimento coletivo, institucional, como membros participantes de uma determinada comunidade, sociedade e Estado. Se, por um lado, a efetivação do auto respeito não pode prescindir da legitimação de direitos, por outro, a luta por reconhecimento social transcende a existência da lei positivada. Daí a necessidade de fomentar e efetivar no seio social as experiências de solidariedade.

Cotejando com as proposições de Honneth, é possível asseverar que um projeto que visa ser uma prática de inovação social tem em seu horizonte um exercício dialético da solidariedade, o que permite o estabelecimento e a consolidação de relações marcadas pela reciprocidade, pela troca de experiências, pelo respeito à pluralidade – condição para o reconhecimento social e passo decisivo na consciência crítica das desigualdades histórica e socialmente constituídas.

O empoderamento (empowerment) teve origem nos movimentos sociais por direitos civis na década de 1970 com forte influência aos grupos de autoajuda. (Souza et al, 2014). Portanto, o empoderamento é entendido como o processo que emerge das interações sociais, nas quais os seres humanos problematizam a realidade. Gradativamente, enquanto vão desvelando a realidade, os sujeitos se empoderam para transformar (subverter) as relações sociais de dominação (Freire, 1996). Portanto, o empoderamento mobiliza as pessoas para a tomada de consciência da sua situação, para que, motivadas, possam caminhar em direção a uma vida digna, ao bem-estar e à responsabilidade social (Souza et al, 2014).



Uma hermenêutica possível das práticas de empoderamento aponta para a existência dos seus aspectos psicológicos (ou individual) e sociais (ou comunitário). O empoderamento psicológico ou individual contribui para que os indivíduos tenham um sentimento de maior controle sobre a própria vida, o que lhes permite influenciar e adaptar-se ao seu meio e desenvolver mecanismos de autoajuda e de solidariedade. O empoderamento social ou comunitário também está, de certo modo, associado à ideia da “saúde”, sendo considerado como um processo e uma resultante de lutas de coletivos sociais por seus direitos. Não nega o âmbito psicológico, mas dá ênfase às questões sociais, inquirindo as causas da iniquidade social. Dito de outro modo, para que o empoderamento social se efetive é fundamental problematizar as intrincadas relações estabelecidas entre as estruturas políticas, econômicas e sociais (historicamente constituídas), com influência no cotidiano das diferentes comunidades e indivíduos e geradoras de modelos de exploração que atingem diretamente os estratos mais empobrecidos (Souza et al, 2014).

Dentre os diferentes significados existentes para inclusão, Holanda (1993), de modo bastante simples e direto, destaca as assertivas: "estar incluído ou compreendido", "fazer parte". Como já indicado, este artigo procura analisar o reconhecimento e empoderamento como momentos decisivos na inclusão de pessoas com grande vulnerabilidade social, nos projetos de inovação social desenvolvidos pelo IVG junto aos beneficiados. De certo modo, a inclusão social é a forma, criada no interior da própria sociedade, de incluir nos sistemas sociais gerais aquelas pessoas com alta situação de vulnerabilidade. Quanto efetivado, o processo de inclusão viabiliza a participação social ativa dos mais empobrecidos e, assim, gera novos modos de interação entre distintos sujeitos e setores da sociedade civil e do Estado. Contudo, a sociedade precisa se adaptar para atender as necessidades de seus membros, tendo estes como parceiros na discussão de problemas e busca de soluções aos seus dilemas (Sasaki, 1997).

Da mesma forma, Sasaki (1997) destaca a necessidade da integração que consiste, por exemplo, na inserção de uma pessoa preparada para viver ativamente na sociedade. Isso pressupõe, dentre outras coisas, uma formação qualificada para o crescimento pessoal e o exercício da cidadania. Nessa perspectiva, a inclusão pode gerar transformações contribuindo na construção de um novo tipo de sociedade – decorrente das mudanças nos espaços físicos (nas cidades e no campo), no acesso aos serviços públicos de qualidade, na efetivação de políticas públicas – resultante de estruturas e instituições mais justas, bem como de mentalidade social livre dos preconceitos de classe, cor, orientação sexual, credo, etc. Assim sendo, as iniciativas sociais devem ter por objetivo a restauração de valores como a justiça, a equidade e a solidariedade (Singhal, 2014).



É perceptível, pois, a relação entre o processo dialético de formação do reconhecimento (subjetivo, social), das pessoas em situação de vulnerabilidade, e o empoderamento. Articulados (reconhecimento e empoderamento) efetivam formas de resistências político-sociais, afirmação de direitos, mobilidade econômica, etc. Assim, faz parte da vanguarda dos atuais projetos de inovações sociais instaurar estratégias para que o reconhecimento e o empoderamento, como momentos decisivos na inclusão social dos menos favorecidos, gerem novos modos de emancipação, fruto de transformações sociais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo exploratório, com abordagem qualitativa na forma de estudo de caso. O estudo foi desenvolvido no sul do Brasil, junto aos informantes-chave do Instituto Wilson Groh (IVG). Estes compõem a equipe executiva e diretoria do IVG. Totalizaram quatro sujeitos: o Presidente do Instituto, o Diretor Financeiro, a Diretora de Articulação e Formação e o Diretor de Captação de Recursos. Foi efetuada uma visita in loco na sede do IVG, para dialogar com a equipe e buscar informações detalhadas acerca das ações de inovação social, a saber, práticas de reconhecimento, de empoderamento e, assim, de inclusão social que são desenvolvidas.

Além disso, foi efetuada uma busca de informações no website do IVG e acessado o relatório social de 2014, 2015 e 2016. O critério de seleção das categorias de análise para a pesquisa deu-se à luz dos constructos teóricos dos autores Schumpeter (1985), em que a “Inovação” é voltada à vantagem competitiva e à concorrência nas esferas da indústria e mercado. Bignetti (2011), com análise de “Inovações Sociais”, que procura marcar a ruptura das atuais práticas de inovações sociais – dentre as quais localizamos as ações do IVG – em relação à noção tradicional de inovação, de matriz schumpeteriana. Honneth (2009) com o “reconhecimento”, buscando o nexos existente entre a experiência do reconhecimento e a relação do sujeito consigo mesmo resulta da estrutura intersubjetiva da identidade pessoal. Freire (1996), buscando o “empoderamento” em que mobiliza as pessoas para a tomada de consciência da sua situação atual, para que, motivadas, possam caminhar em direção a uma vida digna, ao bem-estar e à responsabilidade social. Holanda (1993), analisando a inclusão: "estar incluído ou compreendido" e "fazer parte".

A investigação deu-se também por meio da técnica de análise do conteúdo e desenvolvimento da triangulação dos conteúdos entre eles, entrevista com os membros, documentos e observação participante. Desse modo, buscou-se fazer a validação interna da pesquisa.



5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O IVG foi idealizado no ano de 2010 tendo como missão a prestação de serviços de assessoramento, defesa e garantia de direitos, sem qualquer discriminação às sete organizações que compõem a sua rede. As organizações são: Centro de Educação e Evangelização Popular (CEDEP), Associação de Amigos da Casa da Criança e do Adolescente do Morro do Mocotó (ACAM), Centro Cultural Escrava Anastácia (CCEA), Associação João Paulo II (AJPII), Centro Social Elizabeth Sarkamp (CSES), Centro Educacional Marista Lúcia Mayvorne (CEMLM) e Centro Educacional Marista São José (CEMSJ).

Os projetos sociais desenvolvidos por estas organizações buscam atender demandas sociais da infância e da juventude da periferia da cidade de Florianópolis, em Santa Catarina, Brasil. Um dos propósitos das ações desenvolvidas consiste em capacitar os jovens de baixa renda para atuar no mundo do trabalho, contribuindo na sua formação como cidadãos. O IVG atua na perspectiva da coprodução, em parceria com a sociedade civil, com o poder público, com empresas privadas e outras entidades não governamentais.

O IVG atua, sobretudo, nas áreas de periferias, onde o Estado não atende suficientemente as demandas existentes. O instituto contribui, assim, de forma substantiva na educação, saúde, lazer e segurança de membros da comunidade que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Desse modo, auxilia na redução da exclusão social. Conforme relato do Diretor do IVG, a rede "é um elo estratégico na construção de um futuro melhor para as pessoas destituídas de direitos".

A Diretora de Articulação e Formação salientou que o IVG é uma instância que tem o compromisso maior de articular as questões mais profundas, as questões de maior suporte político e de formação. Esse discurso evidencia que o papel do IVG é o de articulação e assessoria, que contribui para o fortalecimento das instituições, mantendo a sua forma de agir e a sua autonomia.

Tabela 1

Beneficiários por Instituição e custo médio por beneficiário

Instituições	Total de Beneficiários	Custo Médio por Beneficiário	Total de Refeições Oferecidas
---------------------	-------------------------------	-------------------------------------	--------------------------------------



CCEA	698	R\$170,00 até R\$ 3.500,00	204.400
CEMSJ	1.085	R\$ 480,69	121.262
AJPII	164	R\$226,15 até R\$452,30	61.000
CEMLM	1.174	R\$655,16	158.600
CEDEP	509	R\$471,80	204.400
ACAM	202	R\$420,31	97.768
Total	3832	R\$ 797,05	847.430

Fonte: Relatório Social (2016).

Foram atendidas até o final do ano de 2016 um número de 3.832 mil crianças, adolescentes, jovens e adultos. Desse modo, os projetos contribuíram na formação (mas, também, na ampliação e estruturação de novas perspectivas de vida) para pessoas nas faixas etárias de 2 a 24 anos. O diretor da rede destaca que "o IVG quer tornar-se uma alternativa que liga as pontas do centro e periferia, aproximando as margens e rompendo com a cultura da desigualdade social que naturaliza os processos de injustiça social".

A missão do IVG é "prestar serviços de assessoramento, defesa e garantia de direitos, sem qualquer discriminação, tendo como marco referencial a Constituição Federal". Os valores que preza são: "atuação a partir das margens, desconstrução de preconceitos e ressignificação das relações centro/periferia; controle social; valorização do capital social; accountability; cuidado com a vida". As finalidades do IVG são:

- Dar apoio técnico às organizações da sociedade civil que desenvolvem ações de atendimento à população, a quem se destina a política de assistência social.
- Desenvolver ações de formação e capacitação de profissionais e voluntários que atuam em ações de promoção de inclusão social e cidadania.
- Dar novo significado às relações centro periferia, gestando novos espaços públicoprivado/ social para o compartilhamento do bem comum.
- Prestar serviços e executar programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social.
- Prestar serviços e executar programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com



órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social.

Em 2016, o IVG realizou formações envolvendo 583 pessoas, viabilizou bolsas de estudo para 123 jovens para o curso Pré-Vestibular “REDE IVG”, 28 jovens e adultos em curso superior e técnico e 1.224 crianças e adolescentes atendidos no projeto de apoio educacional na região de Guiné Bissau/África.

De acordo com o diretor do IVG, "materializar o acesso do direito, não em discurso, mas em políticas públicas reais, focadas, que operam o caminho de oportunidade, sem dúvida é a grande razão pela qual cada um e cada uma vêm para esta grande rede".

Além disso, o IVG contribui na formação, capacitação, execução de programas e/ou projetos voltados para o fortalecimento de movimentos sociais e organizações, defesa e efetivação dos direitos sócio assistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania e articulação com órgãos públicos de defesa de direitos.

Observou-se que os projetos desenvolvidos pela Rede IVG buscam gerar transformação social, pois resinificam a ideia de emancipação destacando sua dimensão social, mas sem descartar o âmbito individual/subjetivo. Assim sendo, a emancipação social se dá por meio de uma formação que visa a constituição de sujeitos autônomos, responsáveis, propulsores da cidadania e da liberdade. Dentre as ações desenvolvidas, seja por prestação de serviços, projetos ou programas, descritas no Relatório Social (2016) e apresentados no Quadro 1.

Quadro 1

IVG e Rede IVG

ACAM	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: Um Olhar para o Futuro, Desenvolvendo a Beleza da Infância, Atendimento Socioassistencial, Atendimento Psicológico, Desenvolvimento Cultural, Acompanhamento Pedagógico, Atividades Esportivas.
AJPII	Serviço de Educação Infantil e Complementar e Convivência e Fortalecimento de Vínculos: Saúde Comunitária - Atendimento Psicológico e Médico, Projeto Tearterapia, Centro de Educação Infantil, Centro de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente.
CSES	Fortalecimento Comunitário
CEMLM	Serviço de Educação Básica: Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II, Ensino Médio e Jornada Ampliada.



CEMSJ	Serviço de Educação Básica: Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II, Ensino Médio, Jornada Ampliada.
CEDEP	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: Oficina do Saber, Projeto Fênix, Projeto Avançar.
CCEA	Serviço de Inserção Social e Laboral, Assistência Social, Defesa e Garantia de Direitos, Cultura e Esporte e Convivência e Fortalecimento de Vínculos: Casa de Acolhimento Darcy Vitória de Brito, República para Adultos em Processo de Saída das Ruas, Rito de Passagem, Grupo da Terceira Idade “Rosário da Luz”, Programa Jovem Aprendiz e Procurando Caminho.

Fonte: Relatório Social 2016

Para indicar os momentos de reconhecimento e empoderamento, foram utilizados alguns alicerces teóricos relevantes, descritos no Quadro 2.

Quadro 2

Constructos teóricos, categorias de análise, variáveis e constatações do estudo

Constructos	Categorias	Variáveis	Constatações
Processos	Transformação das relações de poder	Reforçar capacidades organizacionais locais por meio da mobilização social;	O IVG tem capacidade de mobilização social, de inclusão e promoção de um processo de inclusão e participação social, com inserção profissional de sujeitos. Estimula a liderança, autonomia e empoderamento.
		Trabalhar no sentido de uma maior inclusão e participação;	
		Reforçar a liderança e poder de negociação.	
Níveis	Individual	Intervenções destinadas a colidir com questões estruturais de gênero, classe social e religião.	Torna a pessoa capaz para competir com outros sujeitos por uma oportunidade profissional. Estimula os princípios de pertencer e de ser um cidadão humanizado
	Familiar		Contribui na formação de princípios e valores sociais e familiares
	Comunidade		Contribui na formação de um coletivo promotor de desenvolvimento local



Dimensões	Econômica	Aumento da capacidade e oportunidade das famílias para acesso à segurança e aumento dos rendimentos e um maior acesso e controle sobre os recursos.	A inserção profissional de sujeitos situados em regiões periféricas lhe oferece oportunidade de aumentar rendimentos, auto-estima, bem estar e qualidade de vida.
	Social	Suporte para a criação de um ambiente propício de resposta às vulnerabilidades sociais e promoção de relações positivas entre homens e mulheres dentro das comunidades.	O principal resultado decorrente das ações do IVG é o empoderamento das pessoas.
	Política e legal	Fortalecimento de processos e maior participação. Voz e papel na tomada de decisão para o desenvolvimento local	O IVG oportuniza para as pessoas a participação da construção de um ambiente mais favorável para o exercício profissional e uma vida digna

Fonte: Adaptado de Bult (2009).

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

É possível evidenciar que o trabalho em rede é essencial para a criação de sinergia na área social, pois aumenta o impacto das ações e a eficácia dos propósitos delineados em projetos sociais diversos. As estratégias para captação de recursos e o aperfeiçoamento na sua gestão são facilitados pela eficácia das ações em rede.

Apesar das vozes dissonantes sobre o tema da participação dos governos nas iniciativas do terceiro setor, a experiência do IGV mostra que é profícuo o envolvimento do poder público e da sociedade civil no enfrentamento das desigualdades sociais. Por meio dos colaboradores e voluntários o IVG já contribuiu na melhoria das condições de vida de muitos moradores da cidade de Florianópolis (SC), que na inexistência dos projetos provavelmente não teriam oportunidade de inserção ativa na sociedade. Nos projetos educacionais, por exemplo, é visível a intenção pedagógica da constituição do reconhecimento (por meio de uma interação crítica e, assim, contextualizada social e historicamente), o que permite que os sujeitos participantes construam perspectivas de empoderamento no engajamento político (em diferentes âmbitos e esferas), profissional, cultural e social. Esse processo educacional, pelo qual reconhecimento e empoderamento se articulam, é condição para que os projetos desenvolvidos pela rede IVG proporcionem, para as pessoas com vulnerabilidade social, a inclusão social.

Cabe ilustrar que, em número reais, o custo médio por pessoa atendida pelos projetos sociais do IVG é de R\$ 471,80. Se comparado ao custo de um preso no sistema penal de Santa Catarina no ano de 2012, que foi de R\$ 1.544,41, este último corresponde a 227% a mais.

A preocupação com a inserção e permanência dos jovens nas escolas, o resgate de pessoas no narcotráfico, na exploração infantil, etc., constitutivos dos projetos do IVG, evidenciam um desejo de construir uma sociedade mais equitativa, justa e humanizada. As organizações acima indicadas objetivam oportunizar vivências e aprendizados alinhados com valores como respeito



mútuo, responsabilidade, autonomia, protagonismo, criticidade, criatividade e cidadania. Apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas pelas pessoas em situação de miséria, as múltiplas linguagens adotadas pelos projetos, a saber, oficinas de dança, percussão, artes literárias, teatro de bonecos, capoeira, futebol, arte circense, ginástica, educação tecnológica e projetos transversais viabilizam uma formação pautada em princípios educacionais geradores do reconhecimento (“ontológico”) de sujeitos capazes de participação ativa (individual e coletiva) nos rumos da sociedade na qual vivem – empoderamento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar as ações desenvolvidas pela Rede Interinstitucional Wilson Groh (IVG). Não se trata, evidentemente, de encontrar nos projetos sociais realizados por distintas ONGS a panacéia para todos os males sociais. Pior ainda seria interpretar iniciativas bem-sucedidas como o IVG como um exemplo vivo da pouca importância que o Estado tem na redução das formas de desigualdade. Diversamente (como lembra o Padre Wilson Groh) o trabalho em rede reforça a necessidade de parcerias e, assim, o compromisso do Estado e da iniciativa privada na extinção da miséria. Não há como eximir as diferentes esferas do poder público, bem como os setores da indústria, do comércio etc., na construção de uma sociedade que possa reconhecer-se como mais justa.

Como inovação social, é notório que o principal objetivo dos projetos desenvolvidos pela Rede IVG consiste em apoiar crianças, adolescentes e jovens para que construam oportunidades em suas vidas e se tornem protagonistas de suas próprias histórias. Como momentos do reconhecimento e do empoderamento, é vivenciado o “cuidado” (pedagógico e ético), por meio do acolhimento institucional, bem como a reinserção social, o reestabelecimento dos vínculos sociais e a construção gradativa da autonomia. E mais: o apoio à qualificação, à inserção no mercado de trabalho, à inclusão escolar, são constitutivos dos processos que visam a construção (ou reconstrução) dos projetos de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade. Outra constatação importante diz respeito à oferta de serviços e espaços de convivência, o estímulo ao fortalecimento de vínculos comunitários, o apoio socio assistencial, os serviços setoriais e de defesa dos direitos dos cidadãos e os programas especializados de habilitação e de reabilitação.

Desenvolve a construção do conhecimento pautada nas concepções de justiça, autonomia, solidariedade e respeito mútuo. Valores estes fundamentais na formação para a vivência da cidadania. O acesso à cultura e à informação contribui para o desenvolvimento de habilidades



e potencialidades das pessoas socialmente excluídas das condições de acesso a uma vida mais digna.

Os projetos oferecidos se preocupam em atender prioritariamente as crianças, adolescentes e jovens que estão em situação de vulnerabilidade ou são excluídos socialmente. Cabe ilustrar: a pessoa procura as Associações comunitárias geralmente a partir da orientação de líderes comunitários, e estas, após pesquisa, inscrevem-na caso esteja alinhada ao perfil e objetivos dos projetos. Os distintos projetos buscam assegurar que, por exemplo, os jovens das comunidades empobrecidas possam acessar cursos que agreguem valor a sua história, que possibilitem a sua inserção no mundo do trabalho (geração de trabalho e renda), como trabalho formal e/ou como empreendedorismo por meio da formação/participação de cooperativas. Como inovação social, o IVG é um elo estratégico na construção de novas formas de emancipação, pois visa proporcionar perspectivas para que as pessoas destituídas de direitos, no seio social, possam reinventar suas histórias de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agamben, G. (2002). Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: UFMG.
- _____. (2004). Estado de exceção. São Paulo: Boitempo.
- Benakouche, T. (1999). Tecnologia é sociedade: contra a noção de impacto tecnológico. Cadernos de pesquisa, 17, 01-28.
- Bignetti, L. P. (2011). As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. Ciências sociais unisinos, São Leopoldo, 47(1), 03-14.
- Bult, P. (2009). IKEA social initiative: Project proposal. Disponível em:<www.undp.com>. Acesso em: 2014.
- Carvalho, J. M. de. (2007). Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Demo, P. (2002). Charme da exclusão social. 2.ed. Campinas: Autores Associados.
- Freire, P. (1996). Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra.
- Friedman, M. (2014). Capitalismo e liberdade. Rio de Janeiro: LTC, 2014.
- Holanda, S.B. (1993). Raízes do Brasil. 25. ed. Rio de Janeiro: José Olympio.



- Honneth, A. (2009). Luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34.
- Lisboa, A. de M. (2006). Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites. Florianópolis: UFSC.
- Nunes, N. A. (2007). Agamben e o conceito de estado de exceção. Revista de Direito, Florianópolis, 3, 201-207.
- Polanyi, K. (2012). A subsistência do homem e ensaios correlatos. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Sasaki, R.(1997). Preparação para o Trabalho e determinação das condições adequadas para o exercício satisfatório das atividades. In: Seminário - Profissionalização da Pessoa Deficiente - Bolsa de Trabalho.
- Schumpeter, J. (1985). A teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juros e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural.
- Simmel, G. (2009). Psicologia do dinheiro e outros ensaios. Lisboa: Texto & Grafia.
- Singhal, D. (2014). Women Empowerment through Social Initiatives: An Indian Story. DLSU Business & Economics Review, 24 (1), 35-44.
- Souza, J. M., Tholl, A.D., Córdova, F.P., Heidemann, I.T.S. B. ET AL. (2014). Aplicabilidade prática do empowerment nas estratégias de promoção da saúde. Ciência & Saúde Coletiva, 19(7), 2265-2276.
- Yunus, M. (2012). Criando um negócio social. São Paulo: Elsevier.
- Yunus, M. (2014). O banqueiro dos pobres. São Paulo: Ática.

Originais recebidos em: 15/08/2017.

Aceito para publicação em: 12/12/2017.